

PROJETO DE LEI N.º 3.976, DE 2024

(Do Sr. Nelson Barbudo)

Dispõe sobre a regulamentação da entrada de autoridades policiais em domicílios, sem mandado judicial, em situações de flagrante delito, para assegurar a integridade pública e a efetiva prevenção de crimes

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2572/2024.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

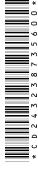
PROJETO DE LEI Nº ____, DE 2024

(Do Sr. NELSON BARBUDO)

Dispõe sobre a regulamentação da entrada de autoridades policiais em domicílios, sem mandado judicial, em situações de flagrante delito, para assegurar a integridade pública e a efetiva prevenção de crimes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

- **Art.** 1º Esta lei regulamenta a entrada de agentes de segurança pública em domicílios, sem autorização judicial, quando houver suspeita fundada de crime em flagrante, de modo a garantir a efetividade da ação policial e resguardar os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.
- **Art. 2º** A entrada em domicílio, sem mandado judicial, será permitida nas seguintes hipóteses:
- I Quando houver fortes indícios, baseados em elementos objetivos e específicos, de que está ocorrendo ou prestes a ocorrer crime em flagrante, de forma a justificar a necessidade de intervenção imediata;
 II Quando existir perigo concreto e iminente à vida, à integridade física de qualquer pessoa ou à segurança pública, e a demora para obtenção de mandado judicial possa agravar o risco ou comprometer a eficácia da ação policial;
- III Nos casos em que sinais evidentes ou circunstâncias inconfundíveis indicarem a prática de atividade criminosa em andamento, representando ameaça imediata à ordem pública ou à segurança de pessoas.
- **Art. 3º** O agente público deverá, sempre que possível: I Identificar-se e anunciar o propósito de sua entrada, salvo se as circunstâncias exigirem o sigilo para garantir a eficácia da ação; II Registrar os fundamentos da entrada em relatório detalhado, a ser encaminhado à autoridade competente para posterior revisão de legalidade.





- **Art. 4º** Fica vedada a utilização de provas obtidas exclusivamente em decorrência de entradas não justificadas ou sem observância dos requisitos estabelecidos nesta lei, ressalvadas as situações de perigo evidente.
- **Art. 5º** Esta lei visa assegurar o equilíbrio entre os direitos individuais à inviolabilidade do domicílio e as necessidades imperiosas de segurança pública, prevenindo o abuso de autoridade e resguardando a legalidade das ações policiais.
 - Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A regulamentação proposta busca harmonizar a necessidade de proteção à inviolabilidade domiciliar, consagrada no art. 5°, XI, da Constituição Federal, com a realidade das operações policiais em situações emergenciais, onde o tempo é crucial para evitar a consumação de crimes. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no tema 280, evidencia a ausência de uma norma específica que oriente e dê segurança jurídica às ações policiais em casos de flagrante, gerando incertezas quanto à atuação legítima.

Diante do princípio da proporcionalidade, a proposta visa minimizar o "periculum in mora", ou seja, o risco de se aguardar pela obtenção de mandado judicial, em circunstâncias que demandem resposta imediata para a proteção da sociedade. Além disso, a exigência de documentação e revisão posterior visa coibir abusos e preservar o controle de legalidade sobre as ações.

A presente proposição assegura, portanto, que as autoridades possam agir com a devida diligência para resguardar os direitos fundamentais, prevenindo a consumação de delitos e mantendo o equilíbrio entre segurança e liberdade.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado NELSON BARBUDO



